



ATO N.º 781, DE 04 DE MAIO DE 2020

Estabelece, enquanto houver risco de contágio do coronavírus (Covid-19), protocolo sanitário para os servidores da Câmara Municipal.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as recomendações e orientações das autoridades e especialistas em saúde para a prevenção ao contágio do coronavírus (Covid-19),

RESOLVE:

Art. 1º. Este ato estabelece um protocolo sanitário para os servidores da Câmara Municipal, que deverá ser observado enquanto as autoridades de saúde não declararem o fim do risco de contágio do coronavírus (Covid-19).

Parágrafo único. Este ato aplica-se igualmente a estagiários e, no que couber, a quaisquer outros profissionais que trabalhem, independentemente do vínculo e ainda que de modo eventual, nas dependências deste Legislativo.

Art. 2º. O protocolo sanitário consiste no dever de:

I – antes de iniciar o serviço, higienizar, com pano limpo e álcool, os braços da cadeira e a mesa, bem como todos os equipamentos e objetos de contato diário que sobre ela estejam;

II – não compartilhar telefone e higienizá-lo outras vezes durante o dia;

III – não compartilhar lápis, canetas, borrachas, clips, dentre outros objetos de uso pessoal;

IV – higienizar, antes e após o uso, grampeadores, furadores, tesouras e outros materiais e equipamentos de utilização compartilhada;

V – higienizar as mãos, com álcool em gel ou água e sabonete, diversas vezes ao dia e imediatamente após o uso de materiais e equipamentos compartilhados;

VI – utilizar as máscaras faciais de proteção das vias respiratórias, disponibilizadas pela Câmara, observando rigorosamente as instruções para uso;

VII – manter rigoroso distanciamento de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de outras pessoas;





VIII – cobrir a boca e o nariz, ao tossir ou espirrar, com uma toalha de papel, que deverá estar sempre ao alcance das mãos e ser descartada no lixo, seguindo-se imediata higienização das mãos, ou, se não houver tempo hábil, proteger a boca e o nariz com o cotovelo flexionado, seguindo-se também nesse caso a imediata higienização;

IX – utilizar os refeitórios, com no máximo três pessoas e observado o distanciamento mínimo, exclusivamente para as refeições e pelo tempo suficiente para realizá-las;

X – não realizar-se aglomerações para conversas de qualquer natureza em nenhuma dependência da Câmara, ainda que observado o distanciamento mínimo;

XI – utilizar-se, sempre que possível, de meio eletrônico ou telefônico para troca de documentos e de informações, bem como para realização de reuniões;

XII – providenciar pratos, talheres e copos não descartáveis próprios e para uso exclusivamente pessoal, pois não serão disponibilizados pela Câmara;

XIII – manter janelas sempre abertas por completo, sendo que, em caso de chuva, poderá ser reduzida a abertura ou, se não for possível, comunicar o Setor de Zeladoria para providenciar panos, se o caso;

XIV – utilizar individualmente os elevadores, acionando-se os botões com lenços de papel ou, se não for possível, higienizando-se as mãos imediatamente após o uso;

XV – dar preferência, sempre que possível, ao uso das escadas, higienizando-se as mãos após tocar os corrimões e as portas;

XVI – efetuar a marcação de ponto mediante aproximação do crachá, vedado o uso de digital;

XVII – manter os vidros dos veículos oficiais sempre abertos e transportando-se apenas um passageiro no banco de trás, vedado, em qualquer hipótese, o transporte de passageiro sem máscara facial;

XVIII – evitar levar as mãos aos olhos, boca e nariz com frequência, bem como à máscara;

XIX – ausentar-se do local de trabalho, comunicando previamente a Administração de Recursos Humanos, e buscar atendimento médico particular ou do SUS caso apresente qualquer sinal de desconforto respiratório ou febre.

Art. 3º. A inobservância das disposições deste ato sujeitará às penalidades disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei Complementar nº 499, de 22 de dezembro de 2010).



(Ato nº 781/2020 – pág. 3)

Art. 4º. Casos omissos serão decididos pela Diretoria Administrativa, que também poderá rever medidas previstas neste ato, ouvido o médico do trabalho a serviço da Câmara.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FAOUAZ TAÇA

Presidente

WAGNER TADEU LIGABÓ

1º Secretário

ROGÉRIO RICARDO DA SILVA

2º Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em quatro de maio de dois mil e vinte (04/05/2020).

LUCIANA M. P. RIVELLI AMÉLIO

Diretora Administrativa